

# Socialistas enfrentam as Ordens. Reforma vale €2,4 mil milhões

Governo aponta “equivocos” dos bastonários e alerta para cheque do PRR

DAVID DINIS  
e JOANA NUNES MATEUS

A guerra estava adiada, mas pré-anunciada. E bastou que o grupo parlamentar do PS apresentasse o projeto de lei no Parlamento para que os bastonários dos Médicos, Advogados e Engenheiros se juntassem numa conferência de imprensa para disparar contra os socialistas: falaram de “ingerência direta”, num ataque à sua “independência” e de uma “tentativa do Governo de controlar” a sua atividade, “retirando a sua missão principal [que é a] de proteger os cidadãos”. Mas a batalha dos socialistas está marcada para o Parlamento, já para quarta-feira: a Assembleia tem o poder de mudar a lei-quadro das Ordens Profissionais e, aprovando-a, impor mudanças nos estatutos de cada Ordem. O Governo virá em seu socorro — com armas carregadas.

“Vi críticas que só podem resultar de grande equívoco, não quero acreditar em má-fé”, diz ao Expresso Tiago Antunes, secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro, que irá ao plenário defender o projeto na generalidade. A União PS/Governo não é uma mera decoração do facto de o Governo ser, hoje, socialista: é que se foi o PS que apresentou o diploma, o Governo inscreveu-o como compromisso de reforma no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), a célebre ‘bazuca’. E essa também será uma arma para convencer os partidos a apoiar a reforma: um chumbo desta lei, avisa Tiago Antunes, “condicionaria o desembolso do PRR”. Olhando as reformas acordadas com a Comissão, esta é uma das 34 medidas decisivas para Portugal continuar a receber o dinheiro do fundo perdido da ‘bazuca’. Por sinal, está em causa uma reforma que a Comissão pede a Portugal desde o início da *troika* e, agora, a maior tranche de subsídios da ‘bazuca’, no valor de 2,4 mil milhões de euros. O que está previsto é que este terceiro pedido de pagamento seja entregue no início de 2023, uma corrida de velocidade que obriga a bancada socialista a acelerar: para cumprir o PRR é preciso aprovar esta lei até dezembro, mas sobretudo é preciso ter tudo aprovado — incluindo regulamentos das várias Ordens — até ao quarto trimestre de 2022.

Mas o argumento do Governo e PS para abrir esta guerra adiada



Bastonários uniram-se contra a lei. Mas o Parlamento deve dar cobro ao PS FOTO MIGUEL A. LOPES/LUSA

aos “poderes fáticos” (expressão de António Costa no debate parlamentar de quarta-feira) é o da mudança estrutural: “Há partidos que têm insistido na necessidade de reformas e esta é uma autêntica reforma estrutural”, acena Tiago Antunes ao Expresso. O Governo não se ancora, porém, nas recomendações da *troika*, sequer nas da Comissão Europeia para justificar a necessidade de mudança (os tempos da austeridade não recomendam essa linha de argumentação aos socialistas). Antes, prefere segurar-se nas “sucessivas recomendações da OCDE e da Autoridade da Concorrência”.

## “Equivocos” e apoio na AR

Mas indo aos “equivocos” das Ordens — e aos fundamentos da proposta de lei —, se os bastonários acusam os socialistas de ingerência na sua “autonomia”, obrigando as Ordens a nomear independentes para os seus órgãos de supervisão, o Governo responde que a atual lei já prevê que parte desses membros sejam “exteriores”, mas acrescenta que “na prática não acontece”. De todo o modo, acrescenta o secretário de Estado, “é a própria Ordem que escolhe — e é falacioso dizer que o Governo intervém”.

O segundo argumento dos bastonários é que a nova lei limita as suas regras internas. Tiago Antunes não aceita o argumento: “É ina-

credível que em 2021 se tenha de dizer que os estágios na Ordem têm de ser estágios remunerados.” Mas é mesmo preciso definir isso, argumenta, assim como “limitar o período do estágio [a um ano], para acabar com o calvário de estágios longuíssimos”.

E se os bastonários ameaçam recorrer ao TC para travar uma lei, o Governo responde que é precisamente o cumprimento da Constituição que está em causa: “Não é um ataque às Ordens, é um ataque a obstáculos que têm vindo a ser colocados à liberdade de exercício destas profissões”.

Esse é, de resto, o argumento maior do PS para convencer a oposição a dar-lhe ombro nesta guerra aberta: a da necessidade de abrir as profissões reguladas aos mais jovens: “É preciso acabar com as restrições que existem, desproporcionadas e injustificadas, de acesso ao mercado de trabalho. É uma lei muito dirigida à geração mais qualificada de sempre, que tem tido dificuldades de acesso ao mercado de trabalho”, argumenta Tiago Antunes. Hoje, sublinha, “o desemprego jovem é muito elevado, perto dos 25%, e é agravado por qualquer restrição que exista na legislação”.

Mas a guerra com as Ordens profissionais já vem de trás — e ameaça prejudicar o debate público. Ficou registado o caso do Lar de Reguengos, quando a Ordem quis impedir

os médicos de acudirem ao surto pandémico — fazendo depois um relatório que denunciava os erros do Estado. Ou a crítica de Costa à OM por ter travado a abertura de novos cursos de medicina e restringido acesso a algumas especialidades. Assim como ficou na memória socialista a defesa que a Ordem dos Advogados fez do Z-Mar, quando o Governo determinou que os imigrantes fossem lá alojados. Na “Circulatura do Quadrado”, a líder parlamentar Ana Catarina Mendes foi dura: “São corporativas e tornam-se de alguma forma elitistas. É preciso dignificar o papel das Ordens, que têm papel de interesse público”.

Agora, o PS procura apoios nas outras bancadas, para garantir que o projeto é aprovado. O Bloco mostra-se disponível (“Acompanhamos, em termos gerais, o projeto do PS. Temos disponibilidade para discutir em pormenor”, diz ao Expresso uma fonte do partido). O PCP deixa em aberto (“estamos a analisar”, diz fonte comunista), mas os socialistas acreditam que ele virá, mesmo que com acertos na proposta. Tiago Antunes é, porém, mais ambicioso — e puxa pelo PSD: “Não vejo porque alguém possa ser contra esta reforma.” OPSP não enjeita, apurou o Expresso, que a proposta seja analisada na especialidade.

Com R.P.L.  
ddinis@expresso.imprensa.pt